

EDITORIAL

A Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C é um periódico quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade do Departamento de Contabilidade - Setor de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal do Paraná. Trata-se de um Periódico Científico que disponibiliza todas as suas edições, com acesso gratuito, livre e irrestrito, no endereço eletrônico www.ser.ufpr.br/rcc.

A RC&C - Revista de Contabilidade e Controladoria é direcionada a professores, pós-graduandos e profissionais que atuam na área de Contabilidade e áreas correlatas. A sua missão é difundir a pesquisa científica de elevada qualidade nas áreas de Contabilidade, Controladoria e Finanças. Consequentemente, o objetivo do periódico é publicar e difundir pesquisas teóricas ou empíricas, originais, desenvolvidas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que representem contribuições relevantes para a evolução do conhecimento contábil.

O periódico publica contribuições originais, teóricas ou empíricas, relacionadas com a contabilidade, controladoria ou finanças e suas características informacionais nos diferentes contextos socioeconômicos e empresariais, nas áreas pública, privada e do terceiro setor. Assim, buscam-se textos que abordem assuntos relacionados às seguintes grandes áreas: Contabilidade Financeira, Teoria Contábil, Controladoria, Custos, Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor, Auditoria e Perícia, Finanças, Ensino, Educação e Pesquisa em Contabilidade e Finanças. Nesta edição a Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C divulga mais oito artigos inéditos que esperamos poder contribuir para a evolução da área, além do relatório de gestão do ano de 2014.

Nesta edição são apresentados oito trabalhos inéditos de diversas áreas, tais como auditoria, contabilidade tributária, contabilidade pública, disclosure, análise de risco, convergência contábil, indicadores financeiros e não financeiros e contabilidade de atletas profissionais de futebol.

No primeiro trabalho, Antonio Lopo Martinez, Rubem Cardoso Lessa e Arquimedes de Jesus Moraes investigam, no contexto de empresas brasileiras, o efeito da agressividade tributária nos

honorários das firmas de auditoria. Na análise contextualizada, registrou-se que a adoção de boas práticas de governança corporativa atenua essa relação. Esta pesquisa evidencia como a percepção de risco do auditor independente, se reflete em sua remuneração.

No segundo texto, Erivan Ferreira Borges, José Matias Pereira, Gilmara Mendes da Costa Borges e José Jailson Silva mensuram a eficiência pública municipal através da relação entre despesas com funções de governo e receitas tributárias próprias. Os resultados indicam que a eficiência pública municipal pode ser mensurada e definida por meio de indicadores contábeis e financeiros resultantes da gestão de recursos.

Na sequência Herbert Simões Rodrigues, Isaac Gezer Silva de Oliveira, William Brasil Rodrigues Sobrinho e José Elias Feres de Almeida comparam o nível de disclosure voluntário, por meio de um índice qualitativo, construído em dois momentos distintos. No primeiro, a partir da análise dos Prospectos Definitivos (22,8 mil páginas analisadas) de uma operação de Initial Public Offering (IPO), e no segundo, a partir da análise da publicação da primeira Demonstração Financeira Padronizada (DFP) após a abertura de capital, tendo como referência as Notas Explicativas e o Relatório da Administração (2,9 mil páginas analisadas). Os resultados revelaram um nível de disclosure voluntário superior no momento do IPO em comparação ao momento da publicação da primeira DFP, após a abertura de capital. Adicionalmente foi constatado que o tamanho da empresa influenciou positivamente o nível do disclosure voluntário em ambos os momentos analisados. Enquanto a rentabilidade exerceu influência positiva apenas no IPO e, o endividamento e o custo de capital de terceiros exerceram influências positivas, somente quando da publicação da DFP, ex-post o IPO.

No quarto artigo, Flávia Lorene Sampaio Barbosa, Marcelle Colares Oliveira, Rosilene Marcon, Roberta Carvalho de Alencar e Fátima Regina Ney Matos analisam se a adoção de práticas de Governança Corporativa (GC) por empresas que buscam recursos é relevante no processo de análise de crédito de Instituições Financeiras. Os resultados sugerem que os bancos estudados não possuem linhas de crédito especiais para empresas que adotam práticas de GC. Porém, essas práticas são consideradas relevantes na análise de crédito, corroborando para o acesso a faixas diferenciadas de financiamento ou a redução de taxas de financiamento. Conforme as regras de publicação da revista, com artigos aceitos nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, o artigo encontra-se escrito na língua inglesa.

Na sequência, Edson Roberto Macohon e Roberto Carlos Klann verificam como o processo de convergência contábil internacional modificou as demonstrações contábeis das entidades do

terceiro setor no Brasil, no período de 2007 a 2010. Os resultados mostram que o processo de convergência contábil teve pouca influência na estrutura das demonstrações contábeis das entidades do terceiro setor pertencentes à amostra pesquisada.

No sexto artigo, Emmanuel Sousa de Abreu, Elaine Gonçalves Pires, Joseilton Silveira da Rocha, Francisco Marton Gleuson Pinheiro e Laerson Moraes Silva Lopes avaliam se grupos de indivíduos possuem percepções distintas quanto à relevância de indicadores financeiros e não-financeiros. Os resultados revelaram que: não existem diferenças significativas na escolha de indicadores entre contadores e outros profissionais; não existem diferenças na opção por indicadores entre homens e mulheres; e que existem diferenças significativas na escolha de indicadores não-financeiros entre indivíduos com mais de cinco anos de formação e aqueles com menor tempo. Assim, comprovou-se a hipótese geral estabelecida na pesquisa de que existem grupos de indivíduos que possuem percepções distintas quanto à relevância de indicadores de desempenho não-financeiros. Portanto, demonstrando que as avaliações gerenciais se modificam de acordo com critérios subjetivos, que podem ser identificados por meio de agrupamentos específicos.

Na sequência, Janilson Antonio da Silva Suzart analisa a influência das informações contábeis governamentais nas classificações emitidas pelas agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch, em relação ao risco de crédito dos governos nacionais. As classificações analisadas se referiam ao exercício de 2011 e as informações contábeis, bem como, as informações macroeconômicas, ao exercício de 2010. Foram formadas três amostras, associadas com as classificações das agências supracitadas, e analisadas por meio de um modelo regressivo logístico binomial. Os resultados indicam que a receita tributária, a dívida bruta e o saldo do balanço de pagamentos estavam associados positivamente com as chances de obtenção de classificação de grau de investimento, enquanto que a inflação estava associada negativamente.

Finalmente, no último texto, Odirlei Acir Tedesco, Lauro Brito de Almeida, Vicente Pacheco e Christian Luiz da Silva questiona como deve ser estruturada a estratégia, por um clube de futebol profissional, para a gestão do ativo direito econômico de atletas profissionais e captação de recursos no mercado acionário brasileiro. Para responder, foi adotada como metodologia o Estudo de Caso que, por meio de entrevistas e pesquisa bibliográfica com análise de conteúdo, foi possível a descrição e análise do inédito caso, resultando numa coletânea de procedimentos e etapas do processo. Os resultados obtidos demonstraram a estratégia de um clube de futebol brasileiro para, de forma indireta, colocar no mercado de ações os ativos originados de contratos

mantidos com atletas profissionais de futebol e, assim, abrir a possibilidade de captação de recursos a custo razoável.

Desejamos a todos uma ótima leitura,

Prof. Dr. Jorge Eduardo Scarpin

Editor